



Universidades Lusíada

Feio, Gonçalo Maria Duarte Couceiro, 1966-

Os militares estrangeiros em Portugal no século XVI : elementos para a compreensão do fenómeno

<http://hdl.handle.net/11067/5642>

Metadata

Issue Date 2007

Abstract Portugal participou da revolução militar europeia de finais do século XV de uma forma diferente, mercê da contingência geopolítica própria e da tipologia de guerra que sedimentou e aperfeiçoou. A Coroa foi a principal mentora da modernidade política que a nova arte militar comportou....

Portugal soon took part of the military revolution since the late XVth century but in a different way because of its geographical and political position and of its own way of war. The Crown became the main thrust to the military innovations within a framework of solid Portuguese war culture....

Type article

Peer Reviewed No

Collections [ULL-FCHS] LH, s. 2, n. 04 (2007)

This page was automatically generated in 2020-11-26T16:28:36Z with information provided by the Repository

**MILITARES ESTRANGEIROS EM PORTUGAL
NO SÉCULO XVI:
ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DO FENÓMENO**

Gonçalo Couceiro Feio
Instituto Piaget
gcfeio@yahoo.com



Resumo

Portugal participou da Revolução Militar Europeia de finais do século XV de uma forma diferente, mercê da contingência geopolítica própria e da tipologia de guerra que sedimentou e aperfeiçoou. A Coroa foi a principal mentora da modernidade política que a nova arte militar comportou.

Palavras-Chave

Polinização / Revolução Militar / Guerra à Portuguesa

Abstract

Portugal soon took part of the Military Revolution since the late XVth century but in a different way because of its geographical and political position and of its own way of war. The Crown became the main thrust to the military innovations within a framework of solid Portuguese war culture.

Key-Words

Trans-national and trans-ethnic polinization / Military Revolution / Portuguese Way of War.



A introdução e vulgarização na Europa de armas de fogo pesadas e ligeiras provocaram uma verdadeira revolução militar. A Europa do final da Guerra dos Cem Anos assistiu, espantada, ao desenvolvimento e sofisticação da artilharia francesa que, na Normandia e na Guiana, entre 1450 e 1453, expulsou os ingleses recorrendo à novel arma, agora fundida em bronze e atirando projecteis de ferro.

Além da nova tecnologia, o que a Europa pôde ver foi o renascimento da infantaria como nunca a vira desde os tempos do Império Romano, com unidades bem treinadas no uso do pique, da espada e agora da espingarda e do arcabuz. Apesar de mal vista sobretudo por alguma nobreza europeia, que entendia o uso da infantaria como um recurso pouco consonante com o prestígio da lógica da cavalaria, o certo é que os *Condottieri* italianos ou estrangeiros que chefiavam verdadeiras legiões de mercenários ao serviço das potências italianas cedo viram as mais-valias das unidades de infantaria que equilibravam o uso da artilharia e da cavalaria nas operações militares. Os *schiopettieri*, conjugados com piques, besteiros e arqueiros proporcionavam, desde meados do século XIV, um poder militar de que os comandantes militares cada vez menos prescindiam.

No final do século XV, quando Carlos VIII de França invadiu a Lombardia e o Piemonte, reclamando os direitos angevinos sobre o trono de Nápoles, fez uso até então inaudito da sua artilharia, mais leve, puxada por cavalos, de montagem rápida, e com acrescido poder de fogo. Os cercos às cidades transalpinas resolviam-se em questão de horas porque os velhos panos de muralha medievais não conseguiam suster o poder destrutivo das novas armas.

Começavam então as Guerras de Itália que, durante cerca de 60 anos, tornar-se-iam o principal palco europeu de uma das maiores transformações que a arte e ciência da guerra jamais conheceram. A Itália confluíram praticamente todas as formas europeias de fazer a guerra e a península tornou-se um extraordinário cadinho onde da inédita mistura se colheram os mais diversos e profícuos ensinamentos na arte da guerra. A uma península itálica que desde finais do século XIV conhecia as mais diversas formas de guerra – dos arqueiros e besteiros ingleses levados pelo *Condottiero* inglês Sir John Hawkwood para Pisa, passando pelos mercenários suíços ao serviço ora de Milão ora dos Estados Papais, até a turcos e albaneses, empregues como cavalaria ligeira, os *stradiotti*, ao serviço da República de Veneza ou do Reino de Nápoles, da sagacidade táctica de Muzio Sforza e Gattamelata ao génio de Colleoni¹ – chegava também, agora, a nova

¹ Apesar de serem mentores de uma nova cultura táctica revelando níveis muito elevados de eficácia

potência emergente, a Espanha, portadora de inovadoras soluções tácticas no uso da infantaria. A conquista de Granada em 1492 e o quase imediato início das operações militares espanholas no Reino de Nápoles pela defesa dos direitos aragoneses, levou a uma verdadeira exportação dos ensinamentos de Gonçalo de Córdoba que em 1496 com a esmagadora vitória sobre o duque de Montpensier em Atella, não só levava a Itália a tipologia militar espanhola como manifestava a nova mentalidade emergente, a da defesa militar activa em detrimento da defesa militar passiva, típica do período medieval: «La especial adaptación española, junto con la nueva organización efectuada entre 1493 y 1503 fue la que utilizó Gonzalo Fernández de Córdoba. Supo sacar partido, en sus campañas italianas, de las combinaciones posibles entre las nuevas armas ofensivas y defensivas, tomando ejemplo de los antiguos romanos y de los suizos».²

Ora a este fenómeno que entre 1490 e 1520 favoreceu esta troca de experiências militares diversas, que possibilitou que comandantes suíços se encontrassem à frente de unidades espanholas, ou alemães a combater em unidades francesas ou espanholas, ou italianos a comandar ou a receber ordens de espanhóis, crisol ideal para uma permuta e constante readaptação de experiências e conhecimentos militares, chamou Thomas Arnold, na melhor tradição das grandes sínteses historiográficas da Universidade de Chicago, que criou escola com William Macneill e John Lynn, a *Polinização Transnacional e Trans-Étnica*³. Não obstante a disparidade cultural e linguística, as Guerras de Itália proporcionaram vasto campo de acção para estas tropas vindas de todos os pontos da Europa e do Mediterrâneo, gerando um fenómeno transversal que atravessou todos os domínios sociais, económicos e políticos das cidades-Estado. O choque social foi grande e duradouro. Os padrões por que se regiam

militar, e não obstante as referências ao legado da cultura militar romana que perpassam não só a vida destes homens como o que deles se conhece em termos de cultura escrita, é duvidoso o conhecimento que teriam dos escritos dos dois maiores pilares da doutrina militar da época, Júlio César e Vegécio, porquanto o primeiro era ainda pouco divulgado e o segundo apenas foi traduzido do latim para italiano, num manuscrito, em Florença pelo magistrado Bono Giamboni em meados do século XIII. A obra grande de Vegécio *De Re Militari*, apenas foi impressa em Utrecht em 1473, momento a partir do qual conheceu grande divulgação. Sobre as inovações tácticas e técnicas que os *condottieri* trouxeram à ciência e arte militares, ver MURPHY, David – *Condottieri 1300-1500, Infamous medieval mercenaries*, Oxford, Osprey Publishing, 2007, obra algo ligeira mas bastante informativa.

² «Concretamente, se trataba de la espada, arma primordial del combate cuerpo a cuerpo, y la pica, para mantener alguna separación en el combate con el adversario. Por otra parte, no todo son semejanzas, existen también algunas diferencias ostensibles. Los suizos no utilizaban protecciones, mientras que si lo hacían los infantes españoles. La composición del ejército se basaba en una mitad de piqueros, un tercio de soldados con espada corta y rodela, y un sexto de total: arcabuceros, para sustitución de las anticuadas armas de tiro a distancia. Conjunto que estaba formado por doce batallones, de 500 hombres cada uno. De esta manera se combinaban todos los elementos benéficos, los progresos logrados a lo largo de la evolución histórica, esto es la formación discontinua y el orden flexible de la legion romana, junto con la integración del arma suiza por excelencia, y macedónica: la pica». MERINO PERAL, Esther – *El arte military en la época moderna: los tratados «de re militari» en el Renacimiento. 1536-1671. Aspectos de un arte español*, Madrid, Ministerio de Defensa, Centro de Publicaciones, 2002, pp. 44-5.

³ ARNOLD, Thomas – *The Renaissance at War*, Londres, Cassel & Co., 2001, pp. 53-84.

muitos dos letrados ou humanistas italianos impunham a preferência pelo cidadão-soldado, à boa maneira da República da antiga Roma.⁴ Inevitavelmente, porém, a profissionalização crescente das tropas tornava obsoleta esta realidade. Opositor do emprego de mercenários, Nicolau Maquiavel (1469-1527) chegou mesmo a escrever: «Ora, as principais bases dos Estados, quer antigos, quer modernos, quer mistos, são as boas leis e as boas tropas; mas como não pode haver boas leis sem bom exército, e como estes dois elementos do poderio político nunca andam um sem o outro, bastará que fale de um deles. (...) Poderemos resumir a atitude de tais tropas nestas simples palavras: pilham o país em tempo de paz, como o inimigo em tempo de guerra. Como poderia ser de outra maneira? Esta espécie de gente não pode servir um Estado senão no interesse de uma paga, que nunca é a bastante para lhes dar o desejo de sacrificarem a sua vida pelo Estado. Quando em tempo de paz, gostam de bem servir, mas mal a guerra é declarada, é impossível mantê-los sob as mesmas bandeiras».⁵ O secretário florentino dava voz, com a sua conhecida objectividade, à repulsa por um fenómeno que se prolongará por séculos na Europa.

*

Ao tempo da conquista de Granada e do início das Guerras de Itália, Portugal vivia, no campo da arte e ciência da guerra, num mundo substancialmente diferente do das restantes potências europeias. A abertura do ciclo imperial com a tomada de Ceuta em 1415 e o tipo de oposição militar que encontramos no norte de África condicionou sobremaneira o modelo militar aplicado, a forma de experimentar a guerra, numa cultura própria já sedimentada e quase centenária. A verdadeira escola de guerra que Marrocos representou para a jovem nobreza portuguesa é uma realidade, de D. João I a D. Sebastião: no final do século XVI ainda os ensinamentos militares eram consolidados no próprio *teatro de operações*, como hoje designaríamos. Modelo militar que favoreceu durante gerações o prolongamento de um certo senhorialismo, avesso à forma europeia, *moderna*, de fazer a guerra, onde progressivamente a competência técnica substituiu a condição de nascimento, onde valia cada vez mais a ciência em detrimento da arte.

Guerra de sabotagem, de golpes de mão, de desembarques apoiados por artilharia naval, de penetração atrás de linhas inimigas, de destruição de linhas de comunicação e abastecimento, de eliminação física de chefes militares e

⁴ Os exemplos das convulsões geradas pelo emprego de mercenários abundam em todo o período que antecede as Guerras de Itália. Veja-se, como exemplo, a expedição contra Volterra, em 1472, em que Florença e Milão se unem para punir a cidade, reunindo um exército comandado por Federico da Montefeltro, que veio a ser Duque de Urbino. Todas as partes contendoras contrataram mercenários – florentinos, milaneses, venezianos, alemães – o que promoveu uma conjuntura caótica de que Lorenzo de Medicis muito se arrependeu, e que degenerou em massacres e violências arbitrarias. Cf. ROSPIGLIOSI, William – *Writers in the Italian Renaissance*, Londres e Nova Iorque, Gordon & Cremonesi, 1978, pp. 50-4.

⁵ MAQUIAVEL, Nicolau – *O Príncipe*, Lisboa, Biblioteca Cosmos, 1945, pp. 71-2.

outras personagens relevantes, com as famosas *entradas* e *almogavarias*, esta era a atmosfera por excelência em que militarmente nos movíamos, de Marrocos à Índia. A aprendizagem como que por osmose, a ausência de doutrina formal, sustentaram uma postura militar que, no dealbar do século XVI enquanto a Europa efervescia, estranhava a *revolução militar*⁶ que varria o continente.

Aparentemente, a *polinização* de que fala Arnold, fazia pouco sentido numa potência que fortalecia, havia várias gerações, uma cultura de guerra própria, em circunstâncias históricas e geográficas distintas, fora da permuta intensa de saberes que os conflitos europeus estavam a proporcionar. Apenas aparentemente, como veremos.

Havia quem estivesse atento ao que se passava na Europa: a Coroa cedo manifestou interesse nas novas tecnologias, nas potencialidades que as novas armas de fogo, pesadas e ligeiras, comportavam, e o *Príncipe Perfeito* foi o seu primeiro grande entusiasta. Garcia de Resende, no Capítulo CLXXXI da sua *Crónica de D. João II*, escreve: «Porque el Rey sempre cuydava nas cousas que compriam a bem de seus Reynos, e a defençam, e guarda delles, e via que pera guardar o estreito de nauios de mouros, e a costa de corsarios, se despendia muyto nas armadas de grandes naos, que pera isso mandava armar, como era ingenhoso em todos os officios, e sabia muyto em artelharias, cuydando muyto nisto, por melhor guardar sua costa com mais seguridade e menos despesas, aquy em Setuuel, com muytos esprimentos que fez, achou e ordenou em pequenas carauellas andarem muyto grandes bombardas, e tirarem tam rasteiras que hiam tocando na agoa, e elle foy o primeiro que isto inuentou».⁷ A técnica de fazer disparar o projectil para a água de maneira a que fizesse ricochete e atingisse o alvo, um navio, junto à linha de água e assim provocar o seu afundamento mais rápido não deixa dúvidas sobre o que o rei viu e projectou para a sua armada. O interesse do rei pela artilharia e pelas possibilidades que abre quando associada ao poder naval foi de tal forma evidente que cobriu os bombardeiros e fundidores de grandes mercês e testemunhos de interesse, nomeadamente dando privilégio de juiz próprio aos bombardeiros de Lisboa.⁸

Dom Manuel continua o interesse da Coroa pelo que se passava noutras paragens ao nível das novas armas. O *Venturoso* cria os *bombardeiros da nómina*, assim chamados por serem de nomeação, em número de cem, moradores em Lisboa, e primeiro embrião de uma estrutura militar técnica de carácter semi-permanente. Pelo menos desde D. Manuel que no reino (e em Goa) se fundem peças de artilharia e fabricam armas de fogo ligeiras (arcabuzes). Damião de Góis, na sua *Crónica de D. Manuel*, escreve acerca do arsenal e das tercenas da Porta

⁶ Cf. o nosso «Senhorialismo e Resistência: a oposição de alguma nobreza à política militar de D. Sebastião», *Lusíada.História*, Lisboa, Universidade Lusíada, n.º 3, 2006, pp. 89-103.

⁷ RESENDE, Garcia de – *Chronica dos valerosos, e insignes feitos del Rey dom Joham II*, Cap. CLXXXI, Lisboa, INCM, edição fac-similada. 1973, p. 255.

⁸ Cf. TEIXEIRA BOTELHO, José J. – *História da Artilharia Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, Publicações da Comissão de História Militar (V), 1944, p. 9.

da Cruz, «as quaes mandou fazer para se n'ellas guardar e fundir artilharia, e assim as de Cata-que-farás, e a casa da polvora em Lisboa, e a casa da armaria em Santarem».⁹ Dentre estes bombardeiros havia, inclusivamente, uma corporação de bombardeiros alemães com estandarte e santo próprios, e que embarcava nas armadas da carreira da Índia.¹⁰

Até ao fim do reinado de D. João III (1557) será no poder naval que encontraremos mais exemplos de uma adaptação portuguesa de ensinamentos da guerra e de tecnologia europeias, o que não admira pois o papel desempenhado pelas armadas reais, a de longo curso e de guarda-costas, na defesa dos interesses da Coroa e no seu constante empenho na criação de um espaço de soberania marítimo era de extrema importância. A pirataria e o corso no Atlântico, especialmente a francesa com o envolvimento do próprio rei de França, Francisco I, que tudo fez para coarctar o expansionismo imperial português¹¹ e a necessidade de uma armada que transportasse efectivos militares e participasse em operações que hoje designamos anfíbias – operações onde atingíramos um elevadíssimo grau de eficácia, em desembarques com a cobertura de fogo dos navios – foram o estímulo para a constante preocupação de manter uma armada bem equipada, tecnologicamente desenvolvida e capaz de responder ao desafio que o império impunha.

Exemplo de uma boa integração nacional das novas tecnologias militares e cultura de guerra, bem como da participação num patamar operacional comum a diversas potências europeias, é a acção na campanha de Tunes, em 1535. Carlos V organiza e comanda uma expedição para a tomada da cidade, solicitando auxílio militar na empresa a D. João III que, compreendendo a importância da mesma, ordenou a preparação de poderosa frota, composta por um galeão, duas naus e vinte caravelas de guerra. O galeão que comandava a frota, o *S. João*, era o famoso *Botafogo*, verdadeiro navio-almirante da armada da Coroa, o maior navio de guerra existente na época, montado com nada menos que 366 canhões, e que fora lançado ao mar um ano antes. A armada, na sua componente naval, foi comandada por António Saldanha como seu capitão de mar. Veterano do Oriente, colaborara com Afonso de Albuquerque, fora capitão de Sofala (1509) e capitão-mor das naus da Índia (1521). A comandar as forças de terra, o próprio irmão do rei, o infante D. Luís, à frente de um efectivo de cerca de 2 000 homens, onde avultam alguns nomes como os de D. Francisco Coutinho, 2.º conde do Redondo e capitão de

⁹ Citado em VITERBO, Sousa – *Artes e Artistas em Portugal – Contribuições para a História das Artes e Indústrias Portuguezas*, 2ª edição, Lisboa, Livraria Ferin – Editora, sd., p. 156.

¹⁰ Ainda em 1563, D. Sebastião (na regência de D. Henrique) nomeava Jácome da Orta como «condestabre mor dos bombardeyros alemães». Cf. ANTT, Chancelaria de D. Sebastião – Doações, Liv. 11, fol.198 v.º

¹¹ Num período de 30 anos, entre 1508 e 1338, cerca de 423 navios portugueses foram alvo de assaltos ou afundamentos, 70% dos quais autoria de franceses. Ver FERREIRA, Ana Maria Pereira – *Os problemas marítimos entre Portugal e a França na 1ª metade do século XVI*, Lisboa, Universidade Nova, 1991, p. 62.

Arzila,¹² D. Francisco de Faro, 4.º senhor do Vimieiro que combatera no cerco de Safim,¹³ D. João de Castro, que servira em Tânger nove anos sob o comando de D. Duarte de Meneses.¹⁴ Comum a estes homens, o facto de terem experiência nas guerras de África, circunstância que, certamente, não foi fortuita na sua escolha. A armada partiu de Lisboa em Abril para juntar-se à imperial, fundeada em Barcelona, comandada pelo genovês Andrea Doria, *condottiero* e almirante, agora ao serviço de Carlos V, e à qual se juntaram navios italianos e da Ordem de Malta. No total, a armada expedicionária contava com cerca de 500 navios e 30 000 combatentes. A 16 de Junho chega a armada ao largo da velha Cartago, onde desembarcou as tropas de terra com numerosa artilharia e, a 14 de Julho, dá-se o ataque por mar e por terra ao istmo de Goleta que, tomado em seis horas, abriu as portas do lago ao efectivo naval que prosseguiu o bombardeamento de Tunes, enquanto as forças de terra assaltavam a cidade. A operação foi um êxito retumbante, o que não impediu que Barba-Roxa, escapando-se ileso de Tunes, tivesse assaltado três dias depois a ilha de Maiorca. Carlos V não regateou os agradecimentos e as honrarias aos fidalgos portugueses (o futuro vice-rei da Índia, D. João de Castro, recusou-as), fazendo D. João III o mesmo quando a armada regressou a Lisboa.¹⁵

Não foi apenas no poder naval que Portugal soube integrar a tipologia de guerra à europeia. Aquando do cerco de Mazagão, iniciado a 7 de Março de 1562, veremos que noutras formas de guerra, muito nossas, aproveitámos experiências militares diversas, estrangeiras (para além das dos locais com quem aprendíamos uma certa arte da guerra desde 1415) na condução das operações. Após uma hesitação inicial que levou os mareantes de Tavira, Lagos e Faro a organizarem uma expedição auxiliar espontânea à praça sitiada, a Coroa finalmente envia uma armada que ali chega a 16 de Abril. «A este tempo chegou Antonio Moniz Barreto, fidalgo esforçado e experimentado nas guerras da Índia, debaixo cuja capitania se podia fiar fortaleza; também chegou Pedro de Goes, valente cavalleiro, e em sua companhia outros de muita experiencia que a rainha mandava, porque entendeu o grande perigo que no cerco havia; e a quatorze de abril chegou o capitão Gaspar de Magalhães, muito esforçado e experimentado <sic> cavalleiro assim nas guerras de Italia e França, como nas de Africa, o qual levou uma companhia de duzentos e cincoenta soldados d’El-Rei».¹⁶ Temos, portanto, referência a um Gaspar de Magalhães que, como se vê, conhecia por experiência própria, o que se

¹² Vd. AZEVEDO CRUZ, M.ª do Rosário – *As Regências na Menoridade de D. Sebastião*, Lisboa, INCM, 1992, Vol. I, p. 136. D. Francisco Coutinho merecia a admiração pessoal de Carlos V, pelo seu afamado mérito militar.

¹³ *Idem*, p. 211.

¹⁴ Vd. BARRETO, Luís Filipe – “D. João de Castro”, in ALBUQUERQUE, Luís de – *Dicionário de História dos Descobrimentos*, Vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

¹⁵ Cf. SATURNINO MONTEIRO, Armando – *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1992, Vol. II, pp. 243-5; CRUZ, António – «A contribuição de Portugal para a empresa de Tunes, em 1535», Separata das Actas do Colóquio *Presença de Portugal no Mundo*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1982.

¹⁶ GAVY DE MENDONÇA, Agostinho – *História do Cerco de Mazagão*, Lisboa, Biblioteca de Classicos Portuguezes, 1890, p. 79.

passava na Europa ao nível militar. : «Mandou também a rainha D. Catherina para este feito de conselho Antonio Moniz e Pedro Vaz de Sequeira, fidalgos velhos de muito grandissima experiencia e valentia, os quaes na India fizeram assignalados feitos em armas. Estes fidalgos, e os sobreditos entravam em conselhos de que nunca se viu effeito; foi assim mesmo enviado n'esta companhia um italiano que diziam ser grande artifice de engenhos e invenções de guerra, que por ser estrangeiro era muito estimado e remunerado de grandissimas mercês, o qual se podera escusar onde estavam os cavalleiros sobreditos, e outros portuguezes experimentados nas guerras de Italia, e da India, como eram Francisco da Silva, Gaspar de Magalhães e Isidro de Almeida, pessoas de gentil engenho, e grandes invenções e aparelhos de guerra, mas é tanta a affeição que em todas as partes se tem ao estrangeiro, que posto que com muita vantagem se conheça o natural, sempre o peregrino lhe é anteposto».¹⁷ Quanto a este militar italiano, pelos vistos, homem de *engenhos e invenções de guerra*, o mais provável é que tivesse ido desempenhar funções associadas ao emprego de maquinaria para a fortificação e defesa do lugar (facto admissível mas não referido pelas fontes) pois relacionado com outro tipo de actividades militares, sabotagens e armadilhas explosivas, conhecemos razoavelmente a acção de Isidoro de Almeida, figura extraordinária a que aludiremos pormenorizadamente em estudo posterior.¹⁸

Onde encontramos número considerável de estrangeiros nas forças militares portuguesas, terrestres, é durante o reinado de D. Sebastião. As reformas militares que o jovem monarca, através de acção legislativa, impôs ao reino, com a correspondente “modernização” da guerra, à europeia, levaram à contratação de muitos militares estrangeiros, sobretudo como instrutores, que começaram a enquadrar as companhias de milícias e as profissionais: «A exemplo de Lisboa também se levantaraõ por todo o Reyno novas companhias, que ensinavaõ, e exercitavaõ os Sargentos Italianos (...)».¹⁹

Nos preparativos da fatídica expedição a África, é por própria intercessão do rei que se contratam soldados estrangeiros de várias *especialidades* para enquadrar o exército, para além, naturalmente, das unidades que foram cedidas para aquele fim, milicianas e profissionais (estas estacionadas em Marrocos) e dos mercenários que vieram de Flandres, Alemanha, Itália e Espanha: «Vendo ElRey que para o effeito da sua jornada, e guerra, que queria fazer em Africa lhe faltavaõ muitas cousas, que de necessidade haviaõ de vir de fóra do Reyno, como eraõ mantimentos, muniçoens, Artilheiros dèstros em campanha, e alguma gente de guerra mais exercitada em camperar, e romper batalhas, do que era a Portuguesa,

¹⁷ *Idem*, pp. 90-91.

¹⁸ Sobre o cerco de Mazagão há abundante bibliografia. De fonte directa, ou mais próxima, o *Tratado do cerco de Mazagão e do que nele passou*, BNL, Ms. Anónimo, Códice Alcobacense, 308, de 1562, aliás publicado por Manuela Mendonça em *Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Vol. 3, 1981, pp. 53-66, e a referida obra de Gavy de Mendonça.

¹⁹ SANTOS, Frei Manuel dos – *Historia Sebastica, Contém a vida do Augusto Principe o Senhor D. Sebastião, Rey de Portugal, e os Sucessos Memoráveis do Reyno, e Conquistas do seu tempo*, Lisboa Occidental, na Officina de Antonio Pedrozo Galram, MDCCXXXV, p. 193.

que supposto em cercos, e guerra navaes tinhaõ na India, e nas Fronteiras de Africa mostrado por experiencia seu invencivel valor, toda-via como em Hespanha conservavaõ paz com os Reys vesinhos por tanto numero de annos havia, estavaõ menos industriados na Milicia de Europa, e no modo de formar Esquadroens, de romper batalhas de poder a poder, do que a ElRey convinha».²⁰

*

Do que expusemos, à guisa de elementos esparsos para a compreensão do assunto em epígrafe, uma consideração final se impõe: Portugal não esteve fora da *polinização* de que fala Arnold. Quando muito, terá sido em menor escala e tardia, se a compararmos com a sucedida em Itália e nas Guerras de Religião que atravessaram todo o século XVI. O seu impacte é de difícil avaliação pois Alcácer-Quibir interrompeu abruptamente um processo de reformação militar que se iniciara no princípio do século e que, lento por ser objecto de enorme resistência sobretudo senhorial, não foi por isso levado a termo. Por outro lado, toda a tipologia da guerra que praticávamos, quase sempre fora da Europa, e onde nos especializámos, afastou-nos do eixo da modernidade militar até um certo ponto. Soube-se incorporar as novas tecnologias, apreendeu-se a eficácia das novas tácticas e da nova infantaria e, sobretudo, compreendeu a Coroa muito bem o seguinte: quando se substitui a hoste senhorial por exércitos profissionais, onde impera a competência técnica sobre a origem familiar, contribui-se para a anulação das redes clientelares e mecanismos que obstam à concentração do poder político na Coroa, no Estado.

²⁰ BAIÃO, José Pereira – *Portugal Cuidadoso, e lastimado com a vida e perda do senhor Rey Dom Sebastião, o desejado de saudosa memoria*, Lisboa Occidental, na Officina de Antonio de Sousa da Sylva, MDCCXXXVII. pp. 430-31.